

APRESENTAÇÃO

SERGIO BAPTISTA DA SILVA
EDITOR-CHEFE

MÁRTIN CÉSAR TEMPASS
EDITOR

JOÃO DANIEL DORNELES RAMOS
EDITOR

É com prazer que apresentamos o número 1 (janeiro-junho, 2018), volume 12, de **Espaço Ameríndio**, ao iniciar sua segunda década de existência.

Nossa seção de **Artigos** inicia com o texto de Marcela Stockler Coelho de Souza, da Universidade de Brasília, que trata sobre a toponímia de um coletivo indígena de língua jê (Kisêdjê ou Suyá). A autora, em *A vida dos lugares entre os Kisêdjê: toponímia como terminologia de relação*, demonstra que “os lugares a que se referem os topônimos são constituídos a partir de relações, que se poderia dizer intersubjetivas ou interpessoais, entre humanos e não humanos, e entre humanos eles próprios; e que nomear os lugares é um tipo de ação ou atividade que participa dessa constituição”.

José Valdir Jesus de Santana e Clarice Cohn, o primeiro da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e a segunda da Universidade Federal de São Carlos, em seu artigo intitulado *A escola dos tupinambá de Olivença-BA: alguns apontamentos*, apresentam como os diferentes sujeitos deste coletivo ameríndio atribuem sentido à educação escolar e à escola como local de construção de pessoas tupinambá.

Em *Personas e Habitus: estudo de perfis antrópicos na Amazônia oriental*, Daniel dos Santos Fernandes e José Guilherme dos Santos Fernandes, ambos da Universidade Federal do Pará, caracterizam como “persona antrópica” o agente humano de transformação do ambiente. O “antrópico” a que se referem os autores diz respeito a uma forma relacional, tangendo variantes históricas, sociais, antropológicas e ambientais, não se reduzindo, portanto, aos termos biológicos. Assim, é entendido como toda e qualquer ação humana, ou resultado desta, no meio “natural”, seja de ordem comportamental ou ambiental, produzindo modificações. Os autores identificam que os povos e comunidades tradicionais na Amazônia são caracterizados por sua organização social própria, mesmo havendo uma legislação do Estado brasileiro que tenta homogeneizar estes grupos na esteira de uma “tradicionalidade”. Por ocuparem territórios como forma de vida e condição para sua reprodução enquanto grupos, estes povos são atingidos, diretamente, por diferentes transformações mútuas que afetam os saberes ambientais, ideologias e suas identidades. Numa potente confluência entre os estudos sobre territorialidade, ambiente e identidade, o artigo indica caminhos interessantes para pensarmos as relações entre sociedade e natureza a partir dos povos e comunidades tradicionais, compreendendo a realidade destes grupos.

Pablo Quintero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em seu artigo *Suma Qamaña, Suma Jakaña, Qamir Qamaña: Debates Aymara sobre o Bem Viver na Bolívia*, discute os abrangentes e amplos sentidos adquiridos pela noção de “Bem Viver” no cenário latino-americano contemporâneo no âmbito dos debates pós-desenvolvimentistas, apresentando-nos um panorama das suas três principais e diferentes propostas: *Suma Qamaña*, *Suma Jakaña* e *Qamir Qamaña*.

No artigo *Aspectos históricos do povo indígena Krahô: um breve relato sobre o contato com a sociedade brasileira*, Marta Virginia de Araújo Batista Abreu e Francisco Edvigés Albuquerque tecem

interessantes considerações acerca da história do contato dos indígenas krahô com a sociedade brasileira, apontando que este povo indígena resiste às influências não indígenas, mantendo suas atividades culturais e seus saberes tradicionais. O esforço deste artigo é apresentar um apanhado da obra de Júlio Melatti sobre os Krahô, levando em conta a sua organização dualista, na qual as metades Catâmjê e Wacmêjê têm funções importantes, tanto nos rituais krahô como também no cotidiano do grupo.

Cecilia Paula Gómez e María Belén Carpio, ambas da Universidad de Buenos Aires, analisam, em *Ahéwa likí'i: El reloj y la jornada entre los Toba del oeste de Formosa (Guaycurú, Argentina)*, a concepção de tempo e as estratégias usadas por este povo para identificar os distintos momentos do dia, articulando abordagens etnográficas e linguísticas.

Na seção **Ensaio**s, Adriano Clayton da Silva, da Universidade Estadual de Campinas, em *O devir-antropólogo/xamã/tradutor*, partindo do perspectivismo ameríndio, discute a antropologia como tradução, apontando que, neste processo, podemos rever a visão sobre o Outro e, ao mesmo tempo, rever a forma como o Outro pensa e se expressa. Neste sentido, o autor pondera que, “entre os ameríndios, a tradução de igual para igual está sempre acontecendo e o grande responsável por isso é o xamã: por ser capaz de ver os não humanos como estes se veem, o xamã se torna o interlocutor ativo no diálogo cósmico, como se fosse um diplomata das relações interespecies”. Antropólogo como xamã e ambos como tradutores? É o que Adriano Clayton da Silva mostra quando discorre sobre o conceito de devir, aplicando-o à linguagem e à antropologia: é “o momento efêmero, rarefeito, em que os sentidos de homem e de onça existem e convivem pacificamente”. O devir, numa espécie de simbiose abominável, esquivo, numa tarefa difícil, somente é possível quando deixamos o nosso ponto de vista, a nossa posição de sujeito no cosmos, e apreendemos outra diferente.

Na seção **Entrevista**, temos as palavras, a luta, o conhecimento e a presença potente da *kujà* (xamã) e liderança política kaingang Iracema Ga

Rã Nascimento. Nesta entrevista, Clémentine Maréchal, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mostra-nos como Iracema, também pesquisadora indígena do Programa Saberes Indígenas na Escola, Núcleo UFRGS, igualmente se dedica a “ensinar aos ‘fóg’ (brancos) seus saberes com a esperança de encontrar nesses jovens fiéis aliados para continuar lutando para proteger a natureza da sua destruição pelos avanços do capital e do Estado colonial”.

Antônio Cardoso da Silva, da Universidade Federal de Rondônia, na seção **Resenhas**, apresenta e discute o livro do doutor em educação Daniel Munduruku, *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970- 1990)*, publicado em 2012 (São Paulo, Paulinas). Segundo este ativista e intelectual ameríndio: “Os povos indígenas têm muito a ensinar, o que é preciso fazer é dispor de tempo para ouvi-los, mas não aquele ouvir rápido, e sim um ouvir com atenção e interesse”. Esta fala de Daniel Munduruku ressoa como um grito de luta, ecoando a possibilidade de novas percepções sobre os povos indígenas e sua política: algo que adentra nos campos da etnologia e da educação.

Ao concluir esta apresentação, temos uma palavra sobre nossa capa. Ela foi elaborada por Alana Fries, de nossa equipe editorial, a partir de fotografia original de Aldarey Tamandaré/Fotos Públicas (obra sob licença Creative Commons que permite reprodução e remixagem desde que devidamente creditada e que não seja usada para fins comerciais), que mostra um grupo de Kayapó chegando a São Félix do Xingu (PA) para a sexta edição da Semana dos Povos Indígenas, em abril deste ano.

Ao finalizar, desejamos uma ótima leitura!
